

CDMAFRA

FUTEBOL, SAD

RELATÓRIO & CONTAS

Época Desportiva 2025/26

Clube Desportivo de Mafra –Futebol, SAD

Capital Social: 200.000 €
Sede: Rua Serpa Pinto n.º 89, Mafra
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Mafra e Pessoa Coletiva n.º 513 588 302

Índice

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS 2
MENSAGEM DO PRESIDENTE 3
RELATÓRIO DE GESTÃO 4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 11
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 15
RELATÓRIO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 32

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Presidente: Antonino da Costa Florindo

Vogal: Ove Pedersen

Vogal: Per Rud

Vogal: Telmo Florindo

Vogal: Mille Holm Rasmussen

Vogal: Stine Wulff Moeskjaer

Conselho Fiscal

Fiscal Único: Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associada, SROC

Suplente: Vicente Pereira Gomes Marques

Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Antonino Costa Florindo
Presidente Clube Desportivo de Mafra – Futebol, SAD

Estimados sócios, adeptos e simpatizantes,

Chegámos ao fim de mais uma época desportiva marcada por desafios, crescimento e ambição. Na nossa estreia na Liga 3, conseguimos alcançar a fase de apuramento de campeão, um feito que demonstra a qualidade do trabalho desenvolvido ao longo da temporada. Apesar de não termos alcançado o principal objetivo de regressar aos campeonatos profissionais, esta foi uma época importante na consolidação do nosso projeto e na construção das bases para o futuro.

Embora o objetivo desportivo não tenha sido concretizado, o balanço global da época é francamente positivo. A gestão de um clube não pode ser analisada apenas pelos resultados obtidos dentro das quatro linhas. Hoje, o Clube Desportivo de Mafra Futebol, SAD apresenta-se como uma organização cada vez mais profissional, estruturada e preparada para competir em patamares superiores.
A evolução registada em áreas estratégicas tem sido significativa. O investimento contínuo em infraestruturas mantém-se como uma prioridade desta administração, sendo exemplo disso a recente aquisição de terrenos destinados à construção da nossa futura Academia. Este projeto representa um passo fundamental para o crescimento sustentado do clube e para o desenvolvimento das próximas gerações de atletas.

Também na formação tivemos motivos para grande satisfação. No primeiro ano de gestão da equipa de Sub-19 pela SAD, alcançámos a manutenção na 1.ª Divisão Nacional de Juniores, uma das competições mais exigentes do futebol português, onde competem os melhores clubes do país. Para além disso, dois jogadores formados nesta equipa conseguiram realizar a transição para o plantel principal, reforçando a aposta clara e consistente na valorização dos nossos jovens talentos.
Para a próxima época desportiva, os nossos objetivos estratégicos mantêm-se claros e alinhados com a visão de crescimento sustentável que temos vindo a desenvolver:
· Regressar aos campeonatos profissionais e assegurar a permanência da equipa de Sub-19 na 1.ª Divisão Nacional, preservando a sustentabilidade e a identidade do nosso projeto desportivo;
· Iniciar a construção da nova Academia, com uma primeira fase focada na implementação de novos campos relvados;
· Prosseguir o processo de profissionalização da estrutura do clube em todas as suas áreas de atividade.

Por fim, quero deixar uma palavra de profundo agradecimento a todos os atletas, treinadores, dirigentes, colaboradores e funcionários que, diariamente, contribuem
para o crescimento desta grande família que é o Clube Desportivo de Mafra Futebol, SAD.
Agradeço igualmente aos nossos parceiros, patrocinadores, sócios e fornecedores pela confiança, dedicação e apoio demonstrados ao longo dos últimos anos. Esta relação de proximidade, construída com trabalho, seriedade e credibilidade, tem sido fundamental para o desenvolvimento do nosso projeto.
O futuro constrói-se em conjunto. Só unidos conseguiremos superar desafios, alcançar novos patamares e concretizar os objetivos que ambicionamos para o nosso clube.
Conto convosco para continuarmos a crescer juntos.

Antonino Florindo (José Cristo)
Presidente do Conselho de Administração
do Clube Desportivo de Mafra Futebol, SAD

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. INTRODUÇÃO

Ex.mos Acionistas,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a administração do Clube Desportivo de Mafra – Futebol, SAD, com sede na Rua Serpa Pinto n.º 89, Mafra, com um capital de 200.000,00 € submeter à apreciação de V. Exas, o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico compreendido entre 01 de julho de 2025 e 30 de junho de 2026.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da SAD, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), referencial contabilístico português publicado em 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009 – Pequenas Entidades.

1.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

O Clube Desportivo de Mafra Futebol SAD foi constituído em 17 de dezembro de 2021, através de escritura pública que formalizou a transformação da anterior Sociedade Desportiva Unipessoal por Quotas em Sociedade Anónima Desportiva, decorrente da entrada de novos investidores no seu capital social.

Posteriormente, em maio de 2023, foi concretizada uma operação de transmissão de ações que redefiniu a estrutura acionista da sociedade. Na sequência desta operação, a Football Collective A/S passou a deter uma participação maioritária correspondente a 80% do capital social, enquanto a Footclub Investments, SGPS adquiriu uma participação de 10%. O remanescente capital de 10% permaneceu na posse do clube fundador, o Clube Desportivo de Mafra, instituição histórica fundada em 1965 e que continua a desempenhar um papel relevante na orientação estratégica e na preservação da identidade do projeto desportivo.

1.2 ATIVIDADE DESPORTIVA

A equipa principal do Clube Desportivo de Mafra – Futebol, SAD terminou a época de 2025/2026 em 4º lugar no apuramento de campeão, ficando muito perto de poder jogar o playoff de subida à segunda divisão.

Na época desportiva 2025/26, a equipa sénior do Clube Desportivo de Mafra Futebol SAD prosseguiu o seu percurso competitivo com o objetivo de consolidar o projeto desportivo da sociedade, promovendo simultaneamente a valorização dos seus ativos desportivos e a afirmação da identidade competitiva do clube. Ao longo da temporada, a equipa sénior desenvolveu a sua atividade num contexto de elevada exigência competitiva, pautando a sua atuação pelos princípios de profissionalismo, compromisso e ambição que caracterizam o projeto desportivo do CD Mafra. O trabalho desenvolvido pela estrutura técnica incidiu na evolução coletiva da equipa, na promoção do talento jovem e na criação de condições para um desempenho sustentado ao longo da época.

Paralelamente, manteve-se a aposta na formação e valorização de jogadores com potencial de crescimento desportivo e patrimonial, reforçando a estratégia da sociedade de integrar atletas provenientes dos escalões de desenvolvimento e de mercados identificados como prioritários para o crescimento do clube.
A época ficou igualmente marcada pelo empenho de todos os profissionais envolvidos na atividade desportiva, desde a equipa técnica e departamento médico aos colaboradores de apoio operacional, cujo contributo foi fundamental para assegurar o regular funcionamento da equipa sénior e o cumprimento dos objetivos definidos para a temporada.

O Clube Desportivo de Mafra Futebol SAD reafirma, assim, o seu compromisso com o desenvolvimento sustentado do projeto desportivo, mantendo como prioridades a competitividade da equipa principal, a valorização dos seus jogadores e a criação de bases sólidas para o crescimento futuro da instituição.

Plantel Principal 2025/2026

JOGADORES

Guarda-redes

- Francisco Lemos
- Pedro Silva
- Luís Ribeiro

Defesas

- Moussa Camara
- Kauê Alves
- Raphael Rossi
- Mamadu Queta
- Lukas
- João Ferreira
- Celso Raposo
- Francisco Ferreira
- Djé Beni
- Rodrigo Freitas
- Rafael Moreira

Médios

- Rúben Pinto
- Yacouba Maïga
- Andrey Souza
- Braima Sambú
- Lénio Neves
- Santiago Serra
- Vítor Gonçalves
- Tiago Trindade
- Ussumane Djaló

Avançados

- Rodrigo Matos (Rodri)
- Marculino Ninte
- Ença Fati
- Stanley Iheanacho
- José Precatado
- Mamor Niang
- Goba Zakpa
- Samba Só
- Lucas Gabriel
- Valter Monteiro

TREINADORES

- Orest Shala
- Can Lukas Bilge
- Lars Sorensen
- Pedro Guerreiro



Plantel Sub19 2025/2026

JOGADORES SUB19

Guarda-redes

- André Coelho
- Rodrigo Cardoso
- Guilherme Silveira
- Thierry Moura

Defesas

- Lucas Ventura
- Rafael Martins
- Elvis Gomes
- Tomás Cardoso
- Kiko Tavares
- Leonardo Fonseca
- Santiago Malaquias
- Martim Teixeira
- Alexei Scutaru
- Flávio Gonçalves



Médios

- Isaac Chorincas
- Flávio Faustino
- Malik Pinheiro
- Renato Pereira
- Salvador Almeida
- Idrissa Djaló

Avançados

- Alassana Baldé
- Baionco Ufongue
- Rafael Saldanha
- José Tubarão
- João Cruz
- Adamo Junior
- Diogo Almeida
- Aladje Silva

TREINADORES SUB19

- Daniel Rosendo
- Mário Ferreira
- Rúben Ventura

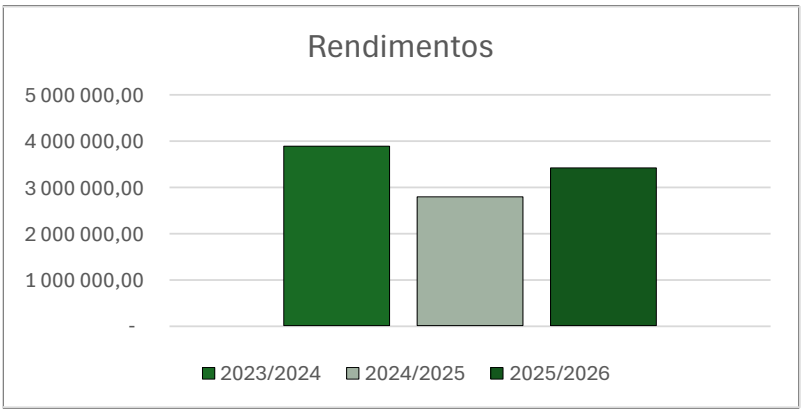
2. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O crescimento do PIB deverá diminuir para 1,8% em 2026 e 1,6% em 2027, situando-se em 1,8% em 2028. A inflação deverá subir para 3,1% em 2026 e retornar a valores próximos de 2% nos anos seguintes. A subida da inflação em 2026 reflete, em larga medida, o aumento do preço do petróleo associado à guerra no Irão, que afetou uma parcela significativa do abastecimento mundial de matérias-primas energéticas. O aumento do preço do petróleo implica uma deterioração dos termos de troca que, em conjunto com a elevada incerteza, o agravamento esperado das condições financeiras e o menor crescimento da procura externa, enfraquece as perspetivas para a atividade. Em sentido contrário, outros fatores continuam a apoiar o crescimento económico. Em particular, em 2026, a situação do mercado de trabalho mantém-se favorável, as maiores entradas de fundos europeus dinamizam o investimento e a orientação da política orçamental permanece expansionista. Em 2027, a desaceleração da atividade reflete o abrandamento do investimento associado ao fim do PRR. No médio prazo, projeta-se que o impacto do aumento mais contido da população sobre a oferta de emprego seja compensado por um maior crescimento da produtividade, para o que contribui, entre outros fatores, a melhoria das qualificações da população e o aumento do peso de serviços de maior valor acrescentado no VAB e exportações.

Projeta-se que a procura interna se mantenha como o principal motor da economia em 2026-28, após um menor impulso das exportações para o crescimento em 2020–25. O consumo privado deverá crescer a um ritmo mais moderado em 2026–28, próximo do crescimento médio do rendimento real das famílias, mantendo-se a taxa de poupança num valor elevado. A situação do mercado de trabalho deverá permanecer favorável, projetando-se crescimentos gradualmente menores do emprego e a manutenção de uma taxa de desemprego baixa.

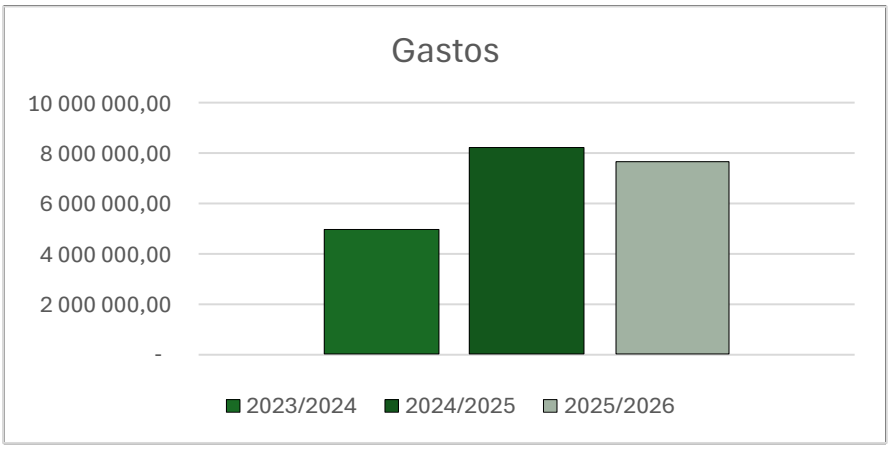
3. ANÁLISE DA ATIVIDADE E DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Na época de 2025/2026 os resultados espelham o investimento realizado em atletas de alta performance para a equipa principal. Os rendimentos atingiram um valor de 3.418.623,29 €, principalmente devido às transações de direitos de atletas.



	2023/2024	2024/2025	2025/2026
Vendas	682,17	10 780,65	23 558,64
Prestações de Serviços	1 274 461,66	1 084 653,42	154 445,37
Outros Rendimentos	2 634 032,96	1 723 344,39	3 240 619,28

Relativamente aos gastos incorridos no período do exercício económico ora findo, constata-se que estes mantiveram-se ao mesmo nível da época passada.



	2023/2024	2024/2025	2025/2026
FSE	1 237 111,23	1 501 200,27	1 580 932,91
Pessoal	3 277 011,81	4 810 678,75	5 004 055,66
Outros Gastos	457 755,02	1 925 171,50	1 066 918,36

Resultado Líquido

O resultado líquido da época de 2025/2026 foi negativo no total de € 4.244.001,15, resultado este ligeiramente positivo comparativamente ao apresentado em junho de 2025 que totalizou um prejuízo de 5.444.585,00 €.
Conclui-se que o maior peso na estrutura de gastos se centra nos gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos.
Analisando a estrutura dos rendimentos, as rúbricas de serviços prestados e outros rendimentos são as que mais contribuem para a estrutura global dos rendimentos.

Resultado Operacional

O resultado operacional foi negativo em 4.180.502,18 euros. O mesmo período da época anterior apresentou um resultado negativo de 5.389.388,42 euros.

Gastos com Pessoal

Os gastos com o pessoal, comparativamente ao mesmo período da época anterior sofreram um aumento bastante significativo, de forma a elevar o nível de seleção de jogadores e equipa técnica de forma a garantir o sucesso atingido na época anterior.

Ativo

O Ativo a junho de 2026 ascende a 3.698.272,60 euros, o que representa um decréscimo de cerca 14%, relativamente ao valor apresentado no final da época de 2024/2025 de 4.279.217,14 euros.

Passivo

O passivo apurado a junho de 2026, apresenta um valor de 3.176.286,69 euros, o que representa um decréscimo de cerca de 19%, relativamente ao valor apresentado no final da época de 2024/2025 de 3.912.282,51 euros.
O passivo não corrente é de 1.923.867,47 euros, enquanto o passivo corrente ascende a 1.252.419,22euros.

Capital Próprio

O capital subscrito é de 200.000,00 euros, o que acrescido às prestações suplementares de 11.573.450,00 euros, aos resultados transitados que são negativos em 7.016.910.32 euros e de 9.447,38 euros na rúbrica outras

variações do capital próprio e do Resultado Líquido do período -4.244.001,15 euros, o que nos dá um capital próprio positivo de 521.985,91 euros.

Dividas ao Estado e a outros entes públicos

No cumprimento do estabelecido na Lei informa-se que não existem dívidas em mora ao estado, à Segurança Social ou qualquer outra entidade pública.

Conclusão

Com o objetivo de promover uma renovação sustentada do plantel, a sociedade tem vindo a apostar na redução da média de idades dos seus atletas, privilegiando a contratação e valorização de jogadores com elevado potencial de crescimento e valorização futura. Esta estratégia reflete a ambição da Administração em construir uma equipa mais competitiva, dinâmica e preparada para responder aos desafios desportivos atuais e futuros.
A concretização desta política de rejuvenescimento e aquisição de talento implica, numa fase inicial, um esforço de investimento significativo, que poderá traduzir-se em resultados económicos menos favoráveis no curto prazo. Contudo, a Administração perspetiva que, num horizonte temporal próximo, estes atletas venham a gerar retorno através da sua valorização desportiva e financeira, contribuindo para a obtenção dos resultados esperados, tanto ao nível competitivo como económico.
A principal estratégia da sociedade assenta na conciliação entre o sucesso desportivo e a sustentabilidade financeira, reconhecendo que ambos os objetivos são indissociáveis e mutuamente dependentes. O desempenho desportivo constitui um fator determinante para a valorização dos ativos do clube, para o aumento da sua notoriedade e para a captação de receitas, enquanto o equilíbrio económico e financeiro é essencial para assegurar a continuidade dos investimentos necessários ao crescimento e à competitividade da instituição.
Neste contexto, a Administração mantém o compromisso de implementar uma gestão rigorosa e responsável, orientada para a criação de valor a médio e longo prazo, garantindo simultaneamente a estabilidade financeira da sociedade e a consolidação de um projeto desportivo ambicioso, sustentável e capaz de alcançar os resultados a que se propõe.

4. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício a até à presenta data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

5. PERSPECTIVAS FUTURAS

O **Clube Desportivo de Mafra Futebol, SAD** encara o futuro com confiança e ambição, alicerçando a sua estratégia no desenvolvimento e valorização de talento jovem. Neste sentido, a formação e a identificação de jogadores com elevado potencial continuarão a assumir um papel central no modelo de crescimento da sociedade, sendo a transferência de atletas um dos principais vetores de criação de valor e sustentabilidade financeira.

Paralelamente, encontra-se em fase de preparação um ambicioso projeto de infraestruturas na região de Mafra, que contemplará um moderno centro de treinos composto por cinco a seis campos relvados e por uma unidade de alojamento de elevado padrão destinada a jogadores e elementos da equipa técnica. Esta nova academia será concebida para acolher atletas provenientes da região de Mafra, de diversas zonas de Portugal e também jovens talentos internacionais, reforçando a capacidade de atração e desenvolvimento de jogadores de excelência.

Acreditamos que estes investimentos estruturantes, aliados à experiência adquirida e às aprendizagens retiradas da época desportiva em curso, constituirão uma base sólida para um futuro sustentável e de sucesso. O objetivo passa por elevar continuamente os padrões de excelência do clube, promovendo o crescimento e a afirmação do futebol jovem e sénior do CD Mafra em patamares cada vez mais elevados.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Clube Desportivo de Mafra, no período económico findo a 30 de junho de 2026 realizou um resultado líquido de -4.244.001,15 €, propondo a sua aplicação de acordo com o seguinte:

- 100 % para Resultados Transitados

Mafra, 01 de outubro de 2026

Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Balanço em 30 de junho de 2026

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
ATIVO		30 JUN 2026	30 JUN 2025
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 224 672,49	1 343 578,56
Ativos intangíveis	6	903 164,24	1 568 530,89
Investimentos financeiros	9	402,08	402,08
Créditos e outros ativos não correntes		0,00	0,00
		2 128 238,81	2 912 511,53
Ativo Corrente			
Inventários	10	5 896,70	0,00
Clientes	14	475 399,72	549 431,63
Estado e outros entes públicos	13	488 950,82	294 818,21
Capital subscrito e não realizado	14	0,00	0,00
Outros créditos a receber	14	238 813,28	170 619,48
Diferimentos	14	40 618,76	9 911,60
Outros ativos correntes		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	320 354,51	341 924,69
		1 570 033,79	1 366 705,61
Total do ativo		3 698 272,60	4 279 217,14
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	200 000,00	200 000,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	14	11 573 450,00	7 173 450,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	14	-7 016 910,32	-1 572 325,32
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	12 / 14	9 447,38	10 394,95
Resultado líquido do período	13	-4 244 001,15	-5 444 585,00
Total do capital próprio		521 985,91	366 934,63
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7 / 8	1 607 958,00	1 662 760,00
Outras dívidas a pagar		315 909,47	322 356,59
		1 923 867,47	1 985 116,59
Passivo corrente			
Fornecedores	14	346 667,43	233 516,28
Estado e outros entes públicos	13	80 925,25	165 340,40
Financiamentos obtidos	7 / 8	359 900,00	359 900,00
Diferimentos	14	0,00	0,00
Outros passivos correntes	14	464 926,54	1 168 409,24
		1 252 419,22	1 927 165,92
Total do passivo		3 176 286,69	3 912 282,51
Total do capital próprio e do passivo		3 698 272,60	4 279 217,14

Administração

Contabilista Certificado

Demonstração dos Resultados por Natureza em 30 de junho de 2026

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		30 JUN 2026	30 JUN 2025
Vendas e serviços prestados	11	178 004,01	1 095 434,07
Subsídios à exploração	12	81 360,71	3 066,67
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-13 856,75	-6 441,05
Fornecimentos e serviços externos	16	-1 580 932,91	-1 501 200,27
Gastos com o pessoal	15	-5 004 055,66	-4 810 678,75
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	11	3 159 258,57	1 720 277,72
Outros gastos	16	-339 894,09	-945 127,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-3 520 116,12	-4 444 668,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-660 386,06	-944 719,46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-4 180 502,18	-5 389 388,42
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	14	-52 781,46	-28 883,64
Resultado antes de impostos		-4 233 283,64	-5 418 272,06
Impostos sobre rendimento do período	13	-10 717,51	-26 312,94
Resultado líquido do período		-4 244 001,15	-5 444 585,00

Administração

Contabilista Certificado

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 30 de junho de 2026

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		JUN 2026	JUN 2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 123 632,91	1 242 682,18
Pagamentos a fornecedores		-2 418 287,62	-1 773 453,55
Pagamento a pessoal	15	-2 921 162,97	-2 585 299,71
Caixa gerada pelas operações		-4 215 817,68	-3 116 071,08
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-26 063,85	-12 407,97
Outros recebimentos/pagamentos		-1 809 516,10	-1 017 441,93
Fluxos de caixa atividades operacionais (1)		-6 051 397,63	-4 145 920,98
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamento respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	-136 404,37	-1 199 362,45
Ativos intangíveis	6	-664 558,20	-1 805 656,49
Investimentos financeiros	9	0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1 800,00	0,00
Ativos intangíveis		2 536 500,00	1 235 000,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	747,27
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento(2)		1 737 337,43	-1 769 271,67
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento obtidos		1 893 250,00	1 776 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	14	4 400 000,00	4 950 000,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento	8	0,00	2 241 586,62
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos	7	-2 000 000,00	-1 041 509,40
Juros e gastos similares	8	-759,98	-574,57
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento	8	0,00	-1 850 000,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		4 292 490,02	6 075 502,65
Variação de caixa e seus equivalentes(1+2+3)		-21 570,18	160 310,00
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	341 924,69	181 614,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	320 354,51	341 924,69

Administração

Contabilista Certificado

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade:

1.1 – Designação da entidade: Clube Desportivo de Mafra – Futebol, SAD.

1.2 – Sede: Rua Serpa Pinto n.º 89, Mafra

1.3 – Natureza da atividade: Clube de Futebol

O capital atual da sociedade ascende a 200.000,00 euros, pertencentes ao Clube Desportivo de Mafra (10%), Footclub Investments SGPS SA (10%), Football Collective A/S (80%).

A empresa encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Mafra, sob o número 513 588 302.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Empresa ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2025/2026.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 - As demonstrações financeiras:

a) Referencial contabilístico
As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) das pequenas entidades (Decreto-Lei n.º 98/2015)

b) Pressuposto da continuidade
As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo
A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outros créditos a receber", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos".

d) Classificação dos Ativos e passivos não correntes
Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes
Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes
Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas "Juros e rendimentos similares obtidos" e "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", para todos os outros saldos e transações.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

c) Activos intangíveis

Os activos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.

d) Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16% sobre a matéria coletável até 50.000 euros, aplicando-se a taxa de 20% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e

subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Não foram efetuados quaisquer movimentos contabilísticos relacionados com a contabilização dos Impostos Diferidos, nos termos definidos na NCRF 25 – Impostos diferidos, uma vez que não existem quaisquer diferenças temporais entre o reconhecimento de rendimentos e gastos para fins contabilísticos e para fins de tributação.

e) Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outras créditos a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidades de dívidas a receber", para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

f) Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

g) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação, não tendo reconhecido existência de contingências que pudessem conduzir à criação de Provisões.

h) Fornecedores e outras dividas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

i) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

j) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.b) e 3.c) acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no

valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

k) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

l) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento da atividade da empresa, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	0,00	75 081,55	75 081,55	0,00
Depósitos à ordem	341 924,69	12 552 206,94	12 823 777,12	70 354,51
Outros Depósitos	0,00	2 461 000,00	2 211 000,00	250 000,00
Total	**341 924,69**	**15 088 288,49**	**15 109 858,67**	**320 354,51**

5. Ativos fixos tangíveis

5.1 Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

Descrição		Rubricas						Total
		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
Saldo inicial:								
Valor de aquisição		500 832,07	13 376,40	128 977,66	10 143,50	111 652,71	1 167 357,19	1 932 339,53
Depreciação acumulada		30 691,42	3 722,80	79 443,10	2 807,70	26 868,37	445 227,58	588 760,97
Imparidade acumulada								0,00
Valor líquido inicial		**470 140,65**	**9 653,60**	**49 534,56**	**7 335,80**	**84 784,34**	**722 129,61**	**1 343 578,56**
Movimentos do ano:								
(+)	Aquisições em 1ª mão	644 082,76	7 526,25				3 680,00	655 289,01
	Outras aquisições			23 900,00		39 330,00		63 230,00
	Trabalhos para a própria entidade							0,00
	Outras							0,00
(-)	Alienações					2 400,00		2 400,00
	Abates							0,00
	Depreciação do exercício	57 916,19	3 372,32	28 331,01	3 118,45	16 477,50		109 215,47
	Imparidade do exercício							0,00
	Reversões perdas por imparidade							0,00
	Transferências de ATF em curso						725 809,61	725 809,61
	Outras transferências							0,00
Total de movimentos do ano		**586 166,57**	**4 153,93**	**-4 431,01**	**-3 118,45**	**20 452,50**	**-722 129,61**	**-118 906,07**
Saldo final:								
Valor de aquisição		1 144 914,83	20 902,65	152 877,66	10 143,50	150 982,71	1 171 037,19	2 650 858,54
Abates / Transferências		0,00	0,00	0,00	0,00	2 400,00	725 809,61	728 209,61
Depreciação acumulada		88 607,61	7 095,12	107 774,11	5 926,15	43 345,87	445 227,58	697 976,44
Imparidade acumulada		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final		**1 056 307,22**	**13 807,53**	**45 103,55**	**4 217,35**	**105 236,84**	**0,00**	**1 224 672,49**

A base de mensuração utilizada nos ativos fixos tangíveis que têm uma vida útil finita é o método da linha reta no registo das depreciações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos para cada um dos itens.

6. Ativos intangíveis:

6.1 Divulgações por cada classe de ativos intangíveis:

Movimentos	Rubricas			TOTAL
	Programas de computador	Outros activos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	14 065,00	2 253 954,49		2 268 019,49
Depreciação acumulada	4 943,73	694 544,87		699 488,60
Imparidade acumulada				
Valor líquido inicial	**9 121,27**	**1 559 409,62**	**0,00**	**1 568 530,89**
Movimentos do ano:				
Aquisições	42 867,01	231 453,00		274 320,01
Alienações		363 410,00		363 410,00
Transferências		546 250,00		546 250,00
Depreciação do exercício	16 875,66	533 554,00		550 429,66
Outras transferências		520 403,00		520 403,00
Imparidade do exercício				
Total de movimentos	**25 991,35**	**-691 358,00**	**0,00**	**-665 366,65**
Saldo final:				
Valor de aquisição	56 932,01	1 575 747,49	0,00	1 632 679,50
Depreciação acumulada	21 819,39	707 695,87	0,00	729 515,26
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	**35 112,62**	**868 051,62**	**0,00**	**903 164,24**

A base de mensuração utilizada nos ativos fixos intangíveis que têm uma vida útil finita é o método da linha reta no registo das depreciações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos para cada um dos itens.

O saldo da rubrica "Outros Ativos Intangíveis" inclui os custos associados à aquisição dos direitos de inscrição desportiva dos jogadores ("passes") incluindo encargos com serviços de intermediação, bem como os encargos com o prémio de assinatura do contrato de trabalho desportivo pago aos jogadores.

Os gastos de aquisição dos direitos dos jogadores profissionais de futebol são amortizados por duodécimos, seguindo o método da linha reta, durante o período de vigência dos seus contratos de trabalho desportivo.

7. **Locações:**

7.1 Quantia escriturada, pagamentos do período e pagamentos futuros dos contratos de locação:

		Locações Financeiras			
		Ativos Intangíveis	Ativos Fixos Tangíveis	Propriedades de Investimento	Total
1	Quantia bruta escriturada final		60 000,00		**60 000,00**
2	Amortizações / depreciações acumuladas		44 268,00		**44 268,00**
3	Perdas por imparidade e reversões				**0,00**
4	Quantia líquida escriturada final	**0,00**	**15 732,00**	**0,00**	**15 732,00**
5	Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
5.1	Até 1 ano				**0,00**
5.2	De 1 a 5 anos				**0,00**
5.3	Mais de 5 anos				**0,00**
6	Valor presente do total dos futuros pagamentos minímos da locação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
6.1	Até 1 ano				**0,00**
6.2	De 1 a 5 anos				**0,00**
6.3	Mais de 5 anos				**0,00**
7	Rendas contingentes reconhecidas como gasto do período				**0,00**
8	Total dos futuros recebimentos minímos de sublocação à data do balanço				**0,00**
9	Valor dos pagamentos reconhecidos em gastos do período				**0,00**

8. Custos de empréstimos obtidos:

8.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

	valor contratual do empréstimo	valor do empréstimo		custos de empréstimos obtidos anuais suportados	
		corrente	não corrente	total	dos quais: juros
Empréstimos genéricos:					
Instituições e sociedades financeiras				833,46	833,46
Participantes de capital	1 607 958,00		1 607 958,00	51 948,00	51 948,00
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					
Outros financiadores	359 900,00	359 900,00			
Empréstimos específicos:					
Instituições e sociedades financeiras					
Participantes de capital					
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					
Outros financiadores					
Total	**1 967 858,00**	**359 900,00**	**1 607 958,00**	**52 781,46**	**52 781,46**

9. Investimentos financeiros

9.1 Divulgações por cada classe de investimentos financeiros:

Movimentos		Rubricas FCT	Total
Saldo inicial:			
	Valor de aquisição	402,08	402,08
	Depreciação acumulada		0,00
	Imparidade acumulada		0,00
	Valor líquido inicial	**402,08**	**402,08**
Movimentos do ano:			
(+)	Aquisições em 1ª mão		0,00
(+)	Outras aquisições		0,00
(+)	Trabalhos para a própria entidade		0,00
(+)	Outras		0,00
(-)	Alienações		0,00
(-)	Abates		0,00
(-)	Depreciação do exercício		0,00
(-)	Imparidade do exercício		0,00
	Reversões de perdas por imparidade		0,00
	Transferências de ATF em curso		0,00
	Outras transferências		0,00
	Total de movimentos do ano	**0,00**	**0,00**
Saldo final:			
	Valor de aquisição	402,08	402,08
	Abates / Transferências	0,00	0,00
	Depreciação acumulada	0,00	0,00
	Imparidade acumulada	0,00	0,00
	Valor líquido final	**402,08**	**402,08**

10. Inventários:

10.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada:

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.
O método do custeio usado é o da fórmula do custo médio ponderado (ou FIFO), em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

a) Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas:

Descrição	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais			0,00
Compras	16 823,84		16 823,84
Reclassificação e reg. de inventários	2 929,61		2 929,61
Inventários finais	5 896,70		5 896,70
CMVMC	**13 856,75**	**0,00**	**13 856,75**
Ajustamentos/perdas por imparidade do período			0,00
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas			0,00
Reversão de ajustamentos/ imparidades do período			0,00
Inventários escriturados pelo JV - CV			0,00
Inventários dados como penhor de garantia a passivos			0,00
Inventários fora da empresa			0,00
Adiantamentos por conta de compras			0,00

11. Rédito:

11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito:

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

11.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito – informações por naturezas:

Descrição	Valor Período	Valor Período anterior
Vendas	23 558,64	10 780,65
Prestações de Serviço	154 445,37	1 084 653,42
Total	**178 004,01**	**1 095 434,07**

11.3 Outros rendimentos

A rúbrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

Descrição	Valor Periodo	Valor Periodo anterior
Subsídios à Exploração	81 360,71	3 066,67
Rendimentos Suplementares	62 731,20	492,00
Descontos de Pronto Pagamento		
Rendimentos e Ganhos Rest. Ativos Finan	5 903,29	
Rendimentos e Ganhos em Inv. não Finan	2 500 460,55	1 252 198,93
Correção Exercicios Anteriores		15 800,78
Excesso de Estimativa para Impostos		
Diferenças de Câmbio Favoráveis		553,19
Outros	590 163,53	451 232,82
Total	**3 240 619,28**	**1 723 344,39**

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo:

12.1 Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Empresa cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.
Em termos de contabilização, os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.
Os subsídios do Governo relacionados com ativos são inicialmente contabilizados no Capital Próprio e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciáveis ou amortizáveis, ou, mantidos no Capital Próprio caso esses ativos não sejam depreciáveis ou não amortizáveis.

12.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

Descrição	Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos		Subsídios de Outras Entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com activos/ao investimento:				
Activos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções			7 472,83	878,90
Equipamento básico				
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo				
Equipamentos biológicos				
Outros			4 375,62	514,62
	0,00	*0,00*	*11 848,45*	*1 393,52*
Activos intangíveis				
Projectos de desenvolvimento				
Programas de computador				
Propriedade industrial				
Outros				
	0,00	*0,00*	*0,00*	*0,00*
Outros Activos				
Total	**0,00**	**0,00**	**11 848,45**	**1 393,52**
Subsídios relacionados com rendimentos/a exploração:			81 360,71	81 360,71
Valor dos reembolsos no período:				
Subs. relacionados activos/investimento				
Subs. relacionados rendimentos/exploração			81 360,71	81 360,71
Total	0,00	0,00	81 360,71	81 360,71
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**93 209,16**	**82 754,23**

13. Impostos e contribuições:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2021 a 2025 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as correções resultantes de revisões ou inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

13.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor
1 - Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	-4 233 283,64
2 - Imposto corrente	-10 717,51
3 - Imposto diferido	
4 - Imposto sobre o rendimento do período	***-10 717,51***
5 - Tributações autónomas	-10 717,51
6 - Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento [6 = (4+5) / 1*100]	**N/A**

13.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		10 717,51	249,09	26 312,94
Retenções efetuadas por terceiros		45 737,08		83 828,50
Imposto sobre o Valor Acrescentado	488 950,82		294 569,12	
Contribuições para a Segurança Social		24 470,66		55 198,96
Fundos Compensação				
Total	**488 950,82**	**80 925,25**	**294 818,21**	**165 340,40**

14. Instrumentos financeiros:

14.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os instrumentos financeiros detidos pela empresa encontram-se mensurados ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demostração de resultados.

14.2 Categoria de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Informação relativa a Activos e Passivos Financeiros	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Activos financeiros:		
Clientes	475 399,72	
Adiantamentos a fornecedores		
Accionistas / sócios		
Outras contas a receber	238 813,28	
Activos financeiros detidos para negociação		
Dos quais: Acções e quotas incluídas na conta "1421"		
Outros activos financeiros		
Dos quais:		
Acções e quotas incluídas na conta "1431"		
Outros instrumentos financeiros incluídos na conta "1431"		
Passivos financeiros:		
Fornecedores	346 667,43	
Adiantamentos de clientes		
Accionistas / sócios		
Financiamentos obtidos	1 967 858,00	
Dos quais:		
Empréstimo por obrigações convertíveis		
Prestações suplementares		
Outras contas a pagar	464 926,54	
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros		
Ganhos e perdas líquidos reconhecidos de:		
Activos financeiros		
Passivos financeiros		
Total de rendimentos e gastos de juros em:		
Activos financeiros	0,00	
Passivos financeiros	52 274,70	

14.3 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital encontra-se realizado na totalidade.

14.4 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O capital no valor de 200.000,00 € subscrito e realizado em numerário é representado por:

- Quatro mil ações com o valor unitário de 50 €

14.5 Quantias de aumentos de capital realizado no período e a dedução efetuada como custo de emissão

	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital	200 000,00			200 000,00
Ações (quotas) próprias				0,00
Outros instrumentos de capital	7 173 450,00		4 400 000,00	11 573 450,00
Prémios de emissão				0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais				0,00
Outras reservas				0,00
Resultados transitados	-1 572 325,32	5 444 585,00		-7 016 910,32
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis				0,00
Outras variações no capital próprio	10 394,95	1 393,52	445,95	9 447,38
Resultado Líquido do exercício	-5 444 585,00	4 244 001,15	5 444 585,00	-4 244 001,15
Total	366 934,63	9 689 979,67	9 845 030,95	521 985,91

14.6 Gastos a reconhecer

Os diferimentos de gastos a reconhecer apresentam o valor de 40.618,76 €.

As principais quantias de gastos a reconhecer:

Descrição	Valor
Rendas Pagas	10 287,80
Premios de Seguros	480,96
Outros Ativos Intangíveis	16 800,00
Outras despesas	13 050,00
Total	**40 618,76**

15. Benefícios dos empregados

15.1 Número de empregados e gastos com o pessoal

O número médio de colaboradores da época de 2025/2026 foi de 60.

Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa:		
Remuneradas	60	141 089
Não remuneradas		
Pesoas ao serviço, por tipo de horário:		
A tempo completo	60	141 089
das quais, remuneradas		
A tempo parcial		
das quais, remuneradas		
Pessoas ao serviço, por sexo:		
Homens	53	130 149
Mulheres	7	10 940
Pessoas afectas à Investigação e Desenvolvimento		
Prestadores de serviço		
Colocadas através de agências de trabalho temporário		

15.1.1 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor	Valor Período Anterior
Remunerações dos orgãos sociais		
das quais: participações nos lucros		
Remunerações do pessoal	4 152 773,26	3 843 286,06
das quais: participações nos lucros		
Benefícios pós-emprego		
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	330 453,90	391 631,72
Seguros AT e doenças profissionais	316 945,10	373 605,24
Gastos de acção social		
Outros gastos com pessoal:	203 883,40	202 155,73
com formação		
com fardamento		
outros		
	5 004 055,66	**4 810 678,75**

16. Outras informações

16.1 Fornecimentos e serviços externos

Os FSE de forma detalhada:

Descrição	Valor Período	Valor Per. Anterior
Subcontratos	**20 162,00**	**96 700,00**
Subcontratos	20 162,00	96 700,00
Serviços Especializados	**537 661,80**	**420 454,25**
Trabalhos Especializados	353 077,17	286 136,44
Publicidade e Propaganda	264,00	822,60
Vigilância e Segurança	17 161,69	24 295,90
Honorários	1 900,00	2 077,78
Comissões	58 854,42	25 050,00
Conservação e Reparação	106 404,52	82 071,53
Serviços Bancários		
Materiais	**117 198,82**	**72 145,57**
Ferramentas e Utens. Desg. Rápido	13 278,90	6 008,46
Livros e Documentação Técnica	33,02	
Material de Escritório	20 566,68	25 949,04
Artigos para Oferta	24 659,30	570,89
Equipamentos Desportivos	58 660,92	39 617,18
Material desportivo		
Outros		
Energia e Fluidos	**52 568,68**	**33 428,50**
Eletricidade	5 361,71	3 351,42
Combustíveis	27 073,92	22 300,92
Água	20 133,05	7 776,16
Outros		
Deslocações, Estadas e Transportes	**374 875,59**	**419 716,57**
Deslocações e Estadas	367 528,68	410 962,55
Transporte de Pessoal	7 346,91	8 754,02
Serviços Diversos	**478 466,02**	**458 755,38**
Rendas e Alugueres	399 139,61	387 711,66
Comunicação	2 247,80	2 372,61
Seguros	6 056,57	7 880,26
Contencioso e Notariado	628,16	2 411,35
Limpeza, Higiene e Conforto	8 219,24	6 670,16
Outros Serviços	62 174,64	51 709,34
Total	**1 580 932,91**	**1 501 200,27**

16.2 Outros gastos

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

Descrição	Valor Período	Valor Per. Anterior
Impostos	**401,76**	**3 163,35**
Impostos Indiretos	401,76	709,35
Taxas		2 454,00
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos		
Gastos e Perdas nos Rest. Inv. Financeiros	**24,82**	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	**24,82**	
Gastos e Perdas em Inv. n/Financeiros	**223 925,00**	**764 812,56**
Alienações	1 800,00	764 812,56
Abatres	212 848,00	
Outros	9 277,00	
Outros	**115 542,51**	**177 151,44**
Correções Relativas Exercisioc Anteriores	10 632,02	100 539,73
Donativos	350,00	900,00
Quotizações	18 495,00	24 587,40
Insuficiência de Estimativa para Impostos		251,52
Outros não especificados	86 065,49	50 872,79
Total	**339 894,09**	**945 127,35**

16.3 Proposta de aplicação de resultados

O Clube Desportivo de Mafra Futebol, SAD, no período económico de 01 de julho de 2025 a 30 de junho de 2026 realizou um resultado líquido de – 4.244.001,15 euros, propondo a sua aplicação da seguinte forma:

Resultados Transitados: – 4.244.001,15 €

17. Acontecimentos após a data de balanço

17.1 Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem as autorizou

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data

Os acionistas da empresa detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

17.2 Acontecimentos após a data de balanço:

A Administração concluiu que possui recursos adequados para manter a atividade, não havendo intenção de cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações em 30 de junho de 2026. Serão realizados todos os esforços para nos anos subsequentes volte a apresentar resultados positivos.

Administração

Contabilista Certificado

Relatório de Revisão das Demonstrações Financeiras



RELATÓRIO E PARECER

DO

FISCAL ÚNICO

Introdução

1. Em cumprimento das disposições legais e nos termos do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar o nosso relatório e parecer sobre o relatório de gestão, os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados do Conselho de Administração da "CLUBE DESPORTIVO DE MAFRA - FUTEBOL, SAD", relativamente ao exercício findo em 30 de junho de 2026.

Relatório

2. No desempenho das nossas funções acompanhámos a atividade da empresa através da análise dos livros, registos contabilísticos e respetiva documentação de suporte bem como da verificação dos seus elementos patrimoniais, com a profundidade e frequência consideradas as mais adequadas aos fins em vista.

   Em todas as nossas diligências contámos com a inteira colaboração do Conselho de Administração e dos serviços da empresa de quem recebemos sempre todos os esclarecimentos solicitados.

3. Examinámos os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado de acordo com as exigências legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas e, na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, elaborámos a Certificação Legal das Contas.

Parecer

4. Com base no que antecede e tendo em consideração a opinião expressa na referida Certificação Legal das Contas, a qual pressupõe a concordância do sistema contabilístico com os preceitos legais e com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, somos de parecer que:

   a) Sejam aprovados o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 30 de junho de 2026.

   b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão do Conselho de Administração.

Massamá, 23 de novembro de 2026

O FISCAL ÚNICO

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

representada por

Carla Filipa Simões Malhão Mendes (ROC n.º 1268)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de "CLUBE DESPORTIVO DE MAFRA - FUTEBOL, SAD" (a Entidade), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 3 698 273 euros e um total de capital próprio de 521 986 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4 244 001 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- preparação da informação adicional, nomeadamente as demonstrações financeiras anuais, de acordo com o modelo aprovado pela Liga Portugal (Anexo 3);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a adequação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Massamá, 23 de novembro de 2026

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

representada por

Carla Filipa Simões Malhão Mendes (ROC n.º 1268)